

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.177 - RN (2019/0355535-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : WENDEL MARCELINO MARQUES (PRESO)
ADVOGADO : GILBERTO CARLOS DE MORAIS - RN025598
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por WENDEL MARCELINO MARQUES em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE que denegou o *writ* de origem, que foi assim ementado (fl. 111):

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO (ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/2006). ALEGATIVA DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA COMPLEXIDADE DA INSTRUÇÃO E PLURALIDADE DE ACUSADOS. JUSTIFICATIVAS SUFICIENTES. EVENTUAL PARA ELASTECER OS MARCOS TEMPORAIS DELONGA SUPRIDA PELO IMINENTE TÉRMINO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E DENEGação.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06.

O recorrente argumenta que sofre constrangimento ilegal, em razão do excesso de prazo, pois está preso cautelarmente desde 16/1/2019 e ainda não foi submetido à julgamento. Alega que a decisão de prisão carece de fundamentação idônea e que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP, bem como são cabíveis as medidas cautelares do art. 319 do CPP. Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para a revogação da custódia.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Em sede de *habeas corpus*, a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. Compulsando o presente feito, constato que a peça inicial veio

desacompanhada de cópia da decisão de preventiva, documento indispensável para o deslinde da controvérsia.

Não obstante, foi acostada cópia da decisão que indeferiu o pedido de revogação da custódia, que teve o que seguinte teor (fls. 84/85):

[...]. Trata-se de pedidos formulados pelas defesas dos acusados Wendel Marcelino Macêdo, Pedro Rafael da Cunha Neto, Igor de Moraes Silva e Walter Plácido Dantas, em que pretendem o relaxamento das prisões destes, por alegado excesso de prazo, conforme fundamentos apresentados nas petições de fls. 1.463/1.476, 1.589/1.598 e 1.749/1.750.

[...]

Por outro lado, compulsando os autos entendo que a situação dos 04 (quatro) acusados requerentes ainda enseja as suas respectivas custódias a título de cautela, conforme requisitos previstos no art. 312 do CPP, ao menos enquanto não for feita uma análise mais densa do material probatório colhido - cujos autos já constam mais de 2.000 folhas, incluído o incidente dependente -, merecendo destaque, inclusive, conforme já ressaltado nas decisões anteriores, **a existência de indícios consistentes das participações diretas dos acusados em destaque no narcotráfico em larga escala e com atuação interestadual.**[...].

Como se vê, o decreto prisional tem fundamento que nesse juízo inicial considera-se válido, pois aponta a participação do recorrente em posição de destaque no *narcotráfico em larga escala e com atuação interestadual*, constando dos autos a apreensão de *44.776 gramas (quarenta e quatro mil setecentos e setenta e seis gramas)* de cocaína (fls. 53-55).

Com efeito, pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

No mesmo sentido, esta corte é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura

Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Por outro lado, com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame aprofundado da suficiência da cautelar atípica.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, especialmente acerca do andamento da ação penal, com o envio da senha de acesso aos autos de primeira instância, com o envio de cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator